

**IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO NA
REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO, MINAS GERAIS, BRASIL A PARTIR DE 2000**

**IMPACTOS AMBIENTALES Y SOCIALES DEL AGRONEGOCIOS DEL AZÚCAR-
ALCOHOL EN LA REGIÓN DEL TRIÁNGULO MINEIRO, MINAS GERAIS, BRASIL,
DESDE EL AÑO 2000**

**ENVIRONMENTAL AND SOCIAL IMPACTS OF THE SUGAR-ALCOHOLE
AGRIBUSINESS IN THE TRIÂNGULO MINEIRO REGION, MINAS GERAIS, BRAZIL
SINCE 2000**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.45038>

Gabriela Peres¹

Fabiane Santana Previtalli²

Resumo: O agronegócio no Brasil representa um setor importante para a economia. Com isso, se objetiva problematizar algumas das implicações ambientais e sociais concernentes à reestruturação e expansão do setor da região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil e como o movimento sindical dos trabalhadores rurais responde às mudanças a partir da década de 2000. A pesquisa tem abordagem qualitativa de cunho exploratório, sendo realizada pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa empírica com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de Uberaba. Os resultados encontrados foram apesar de um discurso retórico, político e engajado do sindicato, este atende mais às necessidades do capital.

Palavras-chave: Agronegócio. Setor Sucroalcooleiro. Sindicato. Trabalhador Rural. Reestruturação Produtiva.

Resumen: La agroindustria en Brasil representa una parte importante de la economía. Así, el objetivo de este artículo es problematizar algunas de las implicaciones sociales relativas a la reestructuración y expansión del sector en la región de Triángulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil, y cómo el movimiento sindical de los trabajadores rurales responde a los cambios desde la década de 2000. Se trata de un estudio cualitativo con enfoque en la investigación exploratoria, realizándose una análisis del referencial teórico, documental y empírico con el Presidente del Sindicato de Trabajadores de Industrias Alimentarias de Uberaba. Los resultados encontrados fueron que, a pesar del discurso retórico, político y comprometido del sindicato, este último responde más a las necesidades del capital.

Palabras clave: La Agroindustria. Sector de Azúcar y Alcohol. Sindicato. Trabajador Rural. Reestructuración Productiva.

Abstract: Agribusiness in Brazil represents an important part of the economy. Thus, the objective is to problematize some of the social implications concerning the restructuring and expansion of the sector in the Triângulo Mineiro region, Minas Gerais, Brazil, and how the rural workers' union movement responds to the changes from the decade of 2000 on. The research has a qualitative, exploratory approach, with bibliographic, documental, and empirical research with the President of the Union of Food Industry Workers of Uberaba. The results found were that despite a rhetorical, political, and engaged discourse of the union, it meets more the needs of capital.

Keywords: Agribusiness. Sugar-Alcohol Sector. Syndicate. Rural Workers. Productive Restructuring.

Introdução

Segundo Rajão e Rittl (2018), o agronegócio sucroalcooleiro no Brasil é bastante importante para a economia do país, sendo que o país é o quarto maior produtor mundial de alimentos. No ano de 2017 colheu uma safra de 242 milhões de toneladas, resultando em um superávit comercial. Em 2020, à despeito da crise econômica sob a pandemia Covid-19, o setor obteve novo recorde de crescimento. Além disso, o agronegócio representa direta e indiretamente por quase um quarto do PIB do país. Porém, mantiveram-se elos com passado colonial, tais como o trabalho em condições análogas ao escravo, a degradação ambiental, os latifúndios e o poder político a ele associado (SCOPINHO, EID, VIAN, 1999; STÉDILE, 2005).

Desde o descobrimento do Brasil, há um incentivo do cultivo da cana-de-açúcar, introduzida a princípio em Pernambuco, já hoje em dia está espalhado por várias regiões do país, como afirmam Vieira, Lima e Braga (2007, p.10) “em menos de vinte anos as plantações de cana-de-açúcar se espalharam pelo litoral brasileiro, de forma que por volta de 1550 o país já era o maior produtor mundial de açúcar”. O setor responsável pela produção de açúcar, etanol e biomassa, se denomina setor sucroalcooleiro. Com dados mais recentes do levantamento feito pela CONAB (2017) a área a ser colhida está estimada em 9,05 milhões de hectares, aumento de 4,6%, se comparada com a safra 2015/16. Isso mostra a grande importância que esse setor representa para o agronegócio e mais ainda para a economia do país.

Dessa forma, Peres et al. (2017) discutem que ao longo dos anos surgiram novas tecnologias fundamentais para o crescimento desse setor no Brasil, como as máquinas mais antigas a vapor e as ferrovias que permitiram o transporte da mercadoria, e também as colhedeiças modernas utilizadas nas colheitas atuais. Além dos avanços tecnológicos, os governos lançaram diversos incentivos para aumentar o crescimento econômico do setor sucroalcooleiro, especialmente durante o regime civil-militar (1964-1985), dentre eles o Proálcool³, Proterra⁴, Polonordeste⁵, Sudam⁶, Sudene⁷, além de formas de incentivos mais recentes como aquelas que ocorreram durante o governo Lula (2002-2010), conforme Previtali et al (2012).

O setor sucroalcooleiro tem passado por profundas alterações nos anos recentes, com a redefinição da organização setorial, estratégias empresariais e alterações no processo produtivo. A proibição da queima da cana-de-açúcar, com a consequente adoção da mecanização do corte e plantio tem implicado na redução da força de trabalho agrícola e a demanda por novas ocupações no setor. Com a mecanização foi possível a obtenção de ganhos significativos na produção, tendo como resultado a exclusão de trabalhadores do processo produtivo e a modificação no perfil dos novos trabalhadores demandados. Essas mudanças não ocorrem de maneira homogênea e linear, mas sim num contexto de desenvolvimento desigual e combinado em que estão presentes formas de coordenação e controle mais atrasadas e mais modernas tanto ao longo da cadeia produtiva, quanto nas relações espaço-territoriais (PREVITALI et al, 2012).

Com isso se faz necessário analisar o setor do agronegócio sucroalcooleiro enquanto força econômica, mas também problematizar os impactos ambientais e sociais causados pelas mudanças

tecnológicas e organizacionais, em particular na base na cadeia produtiva, quanto à inserção da mecanização para aumentar cada vez mais a produtividade e a eficiência da colheita de cana-de-açúcar. Além disso, é importante também compreender a posição do sindicato diante tais mudanças para o/a trabalhador/a envolvido nesse processo. Nessa direção, o objetivo desse artigo é problematizar algumas das implicações ambientais e sociais concernentes à reestruturação e expansão do setor na região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil e como o movimento sindical dos trabalhadores rurais responde às mudanças a partir da década de 2000.

Para Peres et al. (2017, p. 454),

Com os incentivos por parte do governo e o surgimento das novas tecnologias no setor sucroalcooleiro, há também um aumento na exploração dos trabalhadores rurais, que em muitas vezes trabalham em péssimas condições de trabalho, e devido à introdução das máquinas na colheita da cana, que antes eram feitas a partir da queimada das folhas para auxiliar no corte manual, os trabalhadores acabam tendo que trabalhar mais, pois os terrenos que as máquinas não conseguem fazer a colheita são geralmente mais inclinados, ou com canas de pior qualidade tornando assim o corte mais difícil, o que nos faz pensar se realmente a sustentabilidade social existe nesse setor (PERES et al., 2017, p. 454).

Assim, busca-se entender o que está sendo feito diante desse cenário de mudança no trabalho rural no por parte dos sindicatos, pois é de responsabilidade desses órgãos proteger o trabalhador no que diz respeito às relações e condições de trabalho (NOTA TÉCNICA/DIEESE, 2015; THOMAZ JÚNIOR, 2018). No entanto, olhando o cenário do país fortemente apegado à produção agrária, pode-se aventar-se como hipótese que a atuação dos sindicatos tem sido enfraquecida ante o avanço do capital agroindustrial, como perda de representatividade junto à sua própria base num contexto histórico-social em que os sindicatos, de modo geral, passam a assumir posturas mais defensivas e de negociação, tornando-se órgãos reprodutores de uma lógica corporativista (ANTUNES, 2000). No caso específico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais das Indústrias de Alimentação de Uberaba e Microrregião no Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, pode-se dizer que esse viés mais negociador e menos classista tem se apresentado com mais evidência na mediação entre patrão e empregado e, portanto, respondendo mais aos interesses da burguesia agrária.

O artigo teve sua análise pautada na perspectiva do materialismo histórico-dialético que submete o real a um exame minucioso sem aceitar o mundo das representações e as aparências manifestadas no pensamento de modo imediato (KOSIC, 2002). Assim, busca-se conhecer a realidade a partir do seu movimento histórico e dialético, pautado na dinâmica das lutas de classes trabalho e capital, chamando a atenção para as formas de exploração do trabalho no mundo contemporâneo que articulam trabalho manual direto com trabalho qualificado dotado de maior dimensão intelectual, assim como níveis de maior escolaridade. Importante frisar que essa dialética se apresenta como uma aparente contradição na medida em que é constitutiva do processo de acumulação do capital, o qual se funda numa determinação estrutural, qual seja: exploração e controle do trabalho e se torna ainda mais fundamental num contexto de crise de acumulação, quando o capital intensifica a mudança tecnológica e, ao mesmo tempo, a exploração do trabalho (ANTUNES, 2000).

Os procedimentos metodológicos foram a revisão da literatura sobre o tema, a análise documental e, por fim, realização de uma pesquisa empírica no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de Uberaba. Para Fonseca (2002, p.32),

a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p.32).

Quanto a pesquisa documental, foram observados relatórios técnicos de domínio público, como o Relatório Anual da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), instituição de pesquisa, assessoria e educação do movimento sindical brasileiro como fontes de dados primários com o objetivo de apresentar um panorama analítico do setor sucroalcooleiro em perspectiva internacional, nacional e local.

Já a pesquisa empírica teve uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, que segundo Sampieri, Collado e Lucio (2014) utiliza a coleta de dados, sem mediação numérica, para reformular ou revelar perguntas no processo de interpretação. O objetivo foi lançar luzes sobre o discurso oficial do sindicato, a partir da fala do seu Presidente, quanto ao processo de reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro, os impactos sobre o trabalho e as estratégias de luta e de defesa da categoria que representa. Assim, foi realizada uma entrevista, que contou com questões abertas e semiabertas previamente elaboradas, com o Presidente do Sindicato⁸ na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais das Indústrias de Alimentação de Uberaba e Microrregião. Para problematização e análise da entrevista recorreu-se à análise do discurso, tendo como referência Fairclough (2001), para quem as palavras não são neutras e carregam consigo significados que se constroem nas relações sociais que, por sua vez, estão imbuídas de relações de poder e ideologia.

O Sindicato engloba as indústrias alimentícias, de produção de álcool e usinas da região situadas nas cidades de Uberaba, Veríssimo, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista e Sacramento. A entrevista foi áudio-gravada com o consentimento do entrevistado no dia 26 de setembro de 2019. Posteriormente a entrevista foi transcrita e as respostas do questionário foram organizadas e analisadas.

O setor sucroalcooleiro no Brasil

Historicamente o Brasil, desde a chegada dos portugueses foi fortemente explorado a partir do cultivo da cana-de-açúcar. Nesse período de Brasil Colônia, os engenhos de açúcar eram a base da economia do país. Conforme Furtado (2005, p. 47), “observada de uma perspectiva ampla, a colonização

do século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira”, tendo se utilizado inicialmente da força de trabalho indígena e, em seguida, da força de trabalho africana escravizada.

Foi no final do século XIX que a modernização na indústria do açúcar, visando aumentar a produção e reduzir os custos, aconteceu por causa das ações do governo de incentivos, garantias de juros e empréstimos públicos (FURTADO, 2005). No século XX, teve início a fase de modernização, no governo de Getúlio Vargas, sendo uma característica marcante a subordinação da agricultura à indústria (PEREIRA, 2009). Faria e Previtali (2008) argumentam que alguns dos motivos que envolveram as mudanças nas ordens de trabalho foram o aumento da mecanização no processo produtivo e as relações interfirmas que visam integrar unidades produtivas e produtores rurais.

A partir dos anos 1950, tendo como suporte econômico incentivos públicos, mais uma série de mudanças tecnológicas foi introduzida na produção agrícola, como sementes modificadas, fertilizantes e agrotóxicos e o início de uma crescente mecanização no plantio, na irrigação e na colheita, o que contribuiu para a migração campo-cidade e para maior concentração fundiária (PREVITALI; MORAIS; FAGIANI, 2013). Ao mesmo tempo, diferentes categorias de trabalhadores rurais, tais como meeiros, foreiros, colonos, camaradas, posseiros, passaram a se organizar em luta contra o trabalho precário e de grande exploração no campo e trouxeram para o debate político a questão da reforma agrária, sendo duramente reprimidos a partir do Golpe Civil-Militar de 1964 (SCOPINHO; EID; VIAN, 1999; STÉDILE, 2005).

Esse processo se deu com forte apoio de forças políticas começavam a se voltar para a organização dos setores populares no campo com destaque para o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica que culminaram na formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o surgimento das Ligas Camponesas, ambos em 1954 (STEIN, 2008). Stein (2008) destaca que o auge deste movimento nacional pela cidadania foi o 1º Congresso de Trabalhadores e Lavradores – realizado em Belo Horizonte, 1961 –, a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), 1962 – e a realização da 1ª Conferência dos Bispos do Nordeste – Recife, 1956 e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963, processo interrompido pelo Golpe Civil-Militar (1964-1985).

Silva (1999), ao analisar o processo de modernização do campo no estado de São Paulo, afirma que ele ocorreu sob a forte expulsão de colonos, parceiros, arrendatários e pequenos produtores sob influência da eficácia jurídica do Estatuto da Terra (1964) e do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), em tese criados para regulamentar a questão fundiária e as condições de trabalho no campo. Para a Silva (1999, p. 62, grifo original), “a implantação dessas duas legislações deve ser interpretada no bojo dos conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura brasileira sob a chancela do Estado, da *modernização trágica*” compreendida pelos processos de expropriação, exploração, dominação e exclusão.

Também abordando a questão agrária no Brasil, Graziano da Silva (1998), aponta que o desenvolvimento do campo no país esteve atrelado à participação do Estado na definição de políticas agrícolas e industriais e de grupos econômicos atuando junto ao Estado, buscando vantagens

competitivas. Para o autor, “os resultados contraditórios da inserção da agricultura no novo padrão de acumulação manifestaram-se com rapidez e intensidade alarmantes, agravando a crise agrária e rebatendo-a perversamente na crise urbana” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 35). Para Delgado (2001), se impôs ao país uma “modernização conservadora” pois, apesar do desenvolvimento técnico, são mantidas e mesmo ratificadas as estruturas excludentes internas como concentração fundiária, concentração de renda e a superexploração do trabalho no campo. Nesse sentido, permanecem e se aprofundam a exclusão social no campo que submetem às mais diversas formas de exploração as populações ribeirinhas, os povos quilombolas, os povos indígenas, os camponeses sem terra, os pequenos produtores voltados à agricultura de subsistência, levando à intensificação do êxodo rural e da proletarização do camponês. Para Delgado (2001, p. 164), “a chamada ‘modernização conservadora’ da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária”.

Até a década de 1960, predominava no Brasil ainda uma agricultura de organização primitiva, ou tradicional, do ponto de vista da base técnica e da divisão e organização do trabalho. Ou seja, fundamentavam-se no trabalho vivo, dependendo de uma base técnica frágil – movida principalmente pela força humana e animal – que sustentava relações sociais de cunho paternal ou até mesmo servil: o colonato (STÉDILE, 2005). Nos anos 1970, o agronegócio do setor sucroalcooleiro foi significativamente impulsionado pelas políticas dos governos civil-militares, quando foi criado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) em suas diferentes fases, a saber: primeira fase: 1975-1979, quando houve o esforço para a criação de álcool anidro para a mistura com a gasolina; segunda fase: 1980-1986, o governo passa a investir de forma sistêmica no projeto e cria o Conselho Nacional do Alcool – CNAL e a Comissão Executiva Nacional do Alcool – CENAL; terceira fase: fim dos anos 1980, quando se tem a desregulamentação do setor pelo Estado, ou seja, a abertura dos mercados à competição interna e internacional, no âmbito da globalização sob a égide do neoliberalismo (PREVITALI, MORAIS, FAGIANI, 2013; CUNHA; PREVITALI, 2014). Essa política se mantém, com algumas alterações, em maior ou menor grau de incentivos mesmo nos governos democráticos, como foi o caso do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), quando o etanol foi amplamente incentivado e o próprio Presidente Lula declarou serem os usineiros os “salvadores do país” (FOLHA DE SÃO PAULO, 23/03/2007).

Assim, considerando-se os aspectos histórico-sociais mencionados, a posição colonial, a modernização trágica no meio rural e o incentivo à instalação de grandes empresas de exploração, evidenciam-se os fatores que fundamentam a condição atual do Brasil, de exportador de commodities em um quadro de aprofundamento da exploração ambiental e do trabalho.

Reestruturação produtiva sucroalcooleira e impactos ambientais

A reestruturação produtiva das empresas deve ser entendida como inserida e regulada por uma estratégia de acumulação de corporações que atuam em escala global com fortes incentivos públicos e utilizando-se de aparatos político-jurídicos de (des)regulamentação que possibilitam maiores níveis de

exploração pelo capital (PREVITALI et al, 2012). A corporação se utiliza das vantagens competitivas, concernentes à exploração do meio ambiente e do trabalho, presentes em cada país e região, integrando, sempre de forma desigual, ou simplesmente excluindo países ou regiões do processo de acumulação mais geral (PREVITALI et al., 2012).

Martins (2012) traz a discussão sobre o quão importante o setor sucroalcooleiro passou a ser no mundo, pois com o cultivo da cana-de-açúcar é possível produzir principalmente o açúcar, álcool e melação. Ele afirma também que devido às questões ambientais, trouxe a necessidade de utilização de combustíveis biodegradáveis para produzir energia, foi então que o etanol se tornou um produto mundialmente requisitado. Como o governo brasileiro incentivou com auxílios de isenções fiscais e baixos juros aos empréstimos, esse setor recebeu altos investimentos, principalmente de outros países, desenvolvendo então, novas relações interfirmas, assentadas em processos de terceirização e de subcontratação, com vistas à redução de custos.

Em geral esses incentivos resultam em dados expressivos da importância que a cana-de-açúcar é economicamente, como mostra a pesquisa feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em abril de 2017, a área a ser colhida está estimada em 9,05 milhões de hectares, aumento de 4,6%, se comparada com a safra 2015/16 e “a produção de açúcar atingiu 38,69 milhões de toneladas, 15,5% superior à safra 2015/16 devido a preços mais rentáveis” (CONAB, 2017, p.8). Além disso, BRASIL (2008, apud, GÓES; MARRA; SILVA, 2008, p. 40) afirma que:

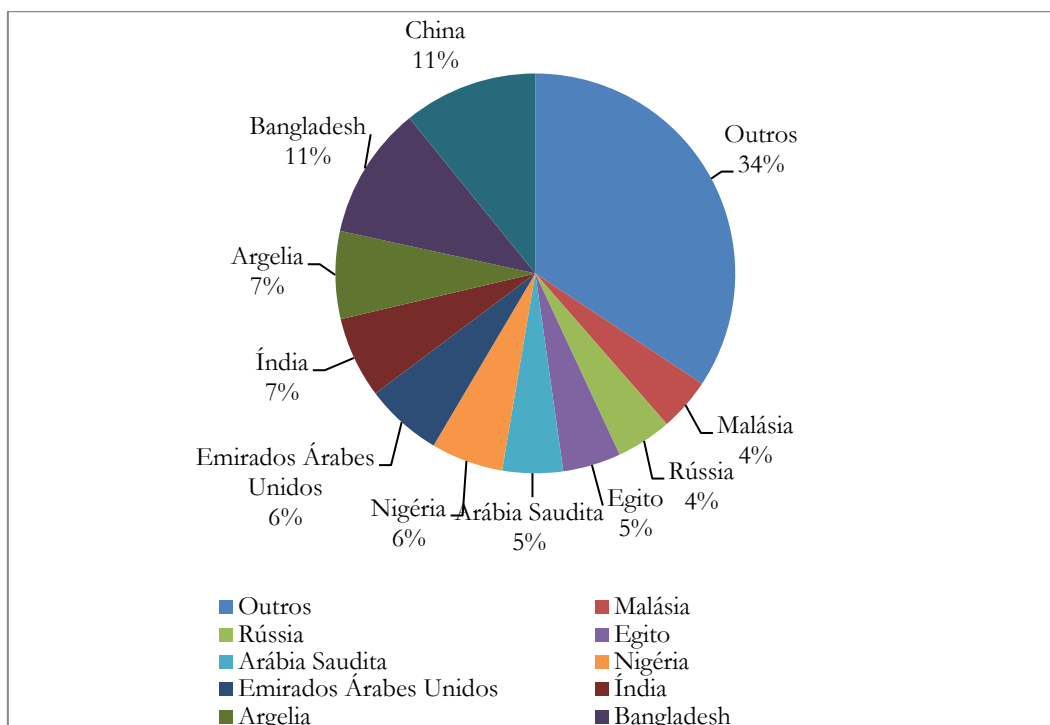
Em 2006, o etanol registrou o maior índice de crescimento entre os 50 produtos mais exportados pelo Brasil, com uma elevação de 109,6% em relação ao ano anterior. As vendas chegaram a 1,6 bilhão de dólares e o Brasil exportou 3,4 bilhões de litros de álcool, cerca de 18% da sua produção total (BRASIL, 2008, apud, GÓES; MARRA; SILVA, 2008, p. 40).

Por causa dos incentivos do governo à forte expansão da cultura da cana-de-açúcar, Góes, Marra e Silva (2008) afirmam que o setor sucroalcooleiro brasileiro é considerado o mais moderno do mundo, sendo o país o líder na produção de etanol, que é uma fonte de energia limpa e bastante valorizada devido as questões ambientais de minimização dos impactos gerados por combustíveis fósseis. Segundo Nastari (2010),

A consolidação do etanol de cana-de-açúcar como o melhor oxigenante para a gasolina e como o combustível que emite a menor quantidade de gases de efeito estufa (GEEs) relativamente a outros combustíveis, fez com que esse desenvolvimento ocorresse mais rapidamente (NASTARI, 2010).

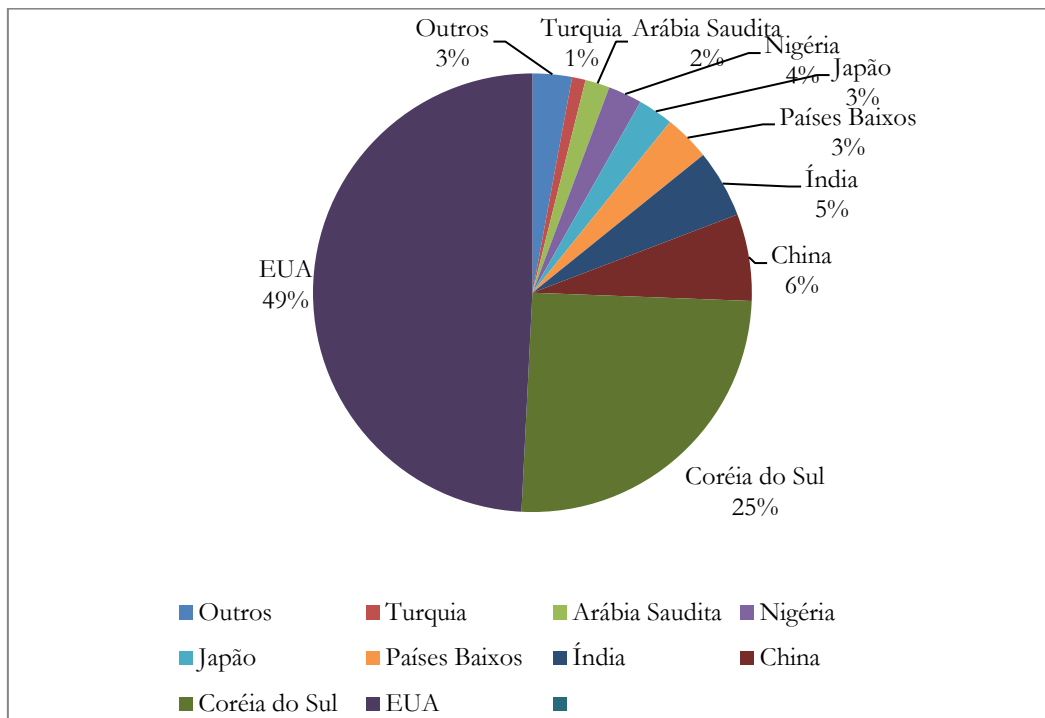
Como afirma Nastari (2010), a expansão desse setor está sendo impulsionado pelo aumento do consumo internacional de etanol. Os Gráficos 1 e 2 mostram os principais consumidores estrangeiros de açúcar e etanol do setor sucroalcooleiro do Brasil.

GRÁFICO 1 – Países de Destino Das Export 1



Fonte: CONAB (2015).

GRÁFICO 2 - Países de Destino Das Exportações de Etanol, 2015



Fonte: CONAB (2015).

Os ganhos do agronegócio permanecem a despeito da crise econômica fortemente agravada pela pandemia do Covid-19 que assola o país. Conforme CONAB (2020), com o término da safra 2019/20,

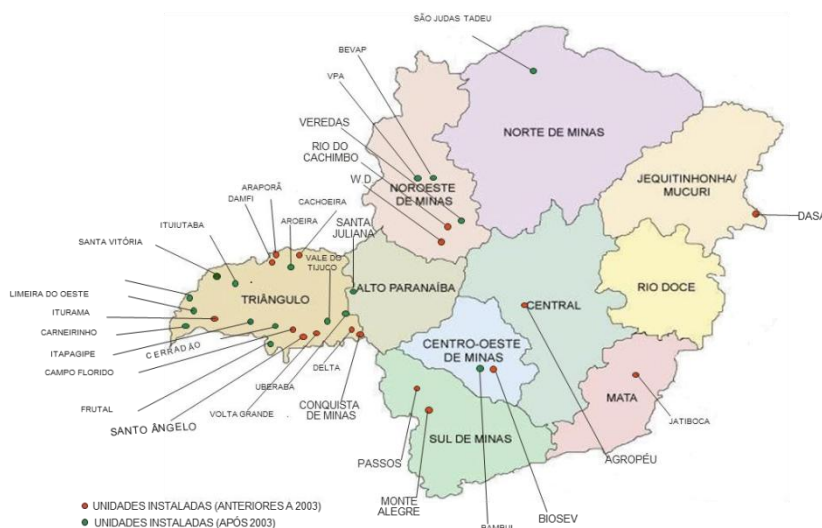
houve novamente a confirmação do crescimento na produção da cana-de-açúcar em comparação à temporada passada, sendo mais de 642,7 milhões de toneladas colhidas, representando aumento de 3,6% em relação a 2018/19. Foi, segundo o órgão governamental, “a maior produção de etanol da história”. Destaca-se que a área colhida ficou em 8,4 milhões de hectares, tendo havido uma redução de 1,7% em relação à safra anterior.

A partir desse dado pode-se inferir que houve aumento de produtividade do trabalho em função das inovações tecnológicas no setor e da intensificação do trabalho. Vale destacar que a cana-de-açúcar atualmente possui maior teor de sacarose, sendo ao mesmo tempo, mais leve, resultado de mutação genética através de estudos biotecnológicos. No entanto, o trabalhador rural, no corte da cana-de-açúcar manual não é beneficiado com essa alteração. Numa aparente contradição, impõe-se para ele, o aumento da sua produtividade meio da elevação da sua meta de corte em toneladas.

Ainda segundo o CONAB (2020), a produção de etanol no Brasil atualmente está concentrada nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, que juntos responderam por 90% da produção, sendo que na safra 2019/20 a região Sudeste manteve a liderança na produção, com mais de 415 milhões de toneladas colhidas, indicando acréscimo de 3,7% em comparação a 2018/19 e na região Centro-Oeste houve crescimento de 1,5% na área colhida, atingindo 1,8 milhões de hectares.

Na região Sudeste, o estado de Minas Gerais vem recebendo novos investimentos, o que tem levado à intensificação da degradação ambiental e dos conflitos sociais no campo. O estado possui 33 usinas de cana-de-açúcar e etanol, com a maior concentração na região do Triângulo Mineiro que possui 20 usinas até o presente momento, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Distribuição das Usinas de Açúcar e Etanol no estado de Minas Gerais (2020)



Fonte: SIAMIG (2020).

Apesar da concentração territorial, verifica-se um movimento de expansão para outras regiões brasileiras, como Goiás e Mato Grosso. Nessas regiões estão localizados os biomas do cerrado e do

pantanal bem como grande número de populações indígenas e quilombolas. A reterritorialização dessas regiões está implicando na substituição das culturas locais tais como o milho e o feijão, destinadas ao consumo no mercado interno do país pelo plantio da cana-de-açúcar voltada para a exportação, impactando fortemente o meio ambiente.

É nesse contexto que a produção da cana-de-açúcar adentra o mercado mundial de *commodities*, não mais como fornecedora de açúcar, mas fortemente vinculada à “energia limpa”, ao etanol. O crescimento do setor vem sendo justificado pela viabilidade econômica, sendo negligenciada a questão ambiental, relativa aos impactos ambientais causados por essa atividade agroindústria, fundada na monocultura, no latifúndio e na utilização da força de trabalho itinerante. Numa aparente contradição, o crescimento econômico está estruturalmente relacionado à destruição dos recursos naturais e da vida por onde passa.

A expansão da cultura de cana-de-açúcar e sua transformação em produto de exportação apoia-se no uso intensivo de produtos químicos tais como fertilizantes e agrotóxicos, que consistem num dos principais fatores de eutrofização dos rios e lagos, de acidificação dos solos e de contaminação de aquíferos (CUNHA, 2008). Segundo o autor, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam que, no Brasil, em 1992 foram comercializados 69,44 kg/ha de fertilizantes para fins agrícolas, sendo que em 2000 este montante chegou a 128,83 kg/ha, o que equivale a um crescimento médio de 85,5% no volume de fertilizantes utilizados por hectare plantado.

Já no caso dos agrotóxicos, componente altamente danoso tanto ao ambiente natural quanto à saúde humana, ainda segundo Cunha (2008), a quantidade comercializada no país passou de 2,27kg/ha em 1997 para 2,76 kg/ha em 2000, correspondendo a uma elevação de 21,6% na quantidade aplicada por hectare. Atualmente, o Brasil é um dos países que mais usam agrotóxico, especialmente pesticidas, sendo ainda o principal destino de agrotóxicos barrados em países no exterior, como os da Comunidade Europeia (GRIGORI, 2020). Segundo Grigori (2020), mesmo sob a pandemia do Covid-19, o Governo Federal de Jair Bolsonaro, tendo a frente a ministra Teresa Cristina, vem aprovando um número crescente de agrotóxicos, tendo sido autorizados, desde março de 2020, 118 novos produtos, dos quais 84 destinados para agricultores e 34 para a indústria. Ainda segundo o autor, em 2020, houve um recorde histórico de aprovações de agrotóxico, com 475 novos produtos sendo liberados.

Outra prática ainda comum no agronegócio sucroalcooleiro é a utilização de queimadas para realizar as colheitas, que, por força dos movimentos em defesa do meio ambiente, passaram a ser regulamentadas de acordo com a Lei Nº 11.241/2002, conhecida como “Lei da Queima da Cana”, que trata da queima controlada da cana-de-açúcar para despalha e de sua gradual eliminação até o ano 2031 (ROSETTO, 2021). Conforme Cunha e Previtali (2014), a queima gera impactos negativos sobre a biodiversidade, com prejuízos ao ecossistema, além de gerar intensa poluição atmosférica, afetando a saúde dos trabalhadores, dos moradores de áreas rurais e dos centros urbanos mais próximos, mas especialmente os cortadores de cana-de-açúcar, que trabalham em contato direto com os resíduos da queima.

Destaca-se ainda a questão da sustentabilidade dos recursos hídricos, não apenas em função da grande quantidade de água utilizada pelas usinas e pelas lavouras da cana-de-açúcar, mas também pelo risco sempre presente de lançamentos (ou vazamento) de efluentes não tratados nos rios, ou, ainda, o cerco às nascentes e o processo crescente de “cercamento” e privatização da água, colocando em questão o direito humano a esse recurso natural.

Impactos do setor sucroalcooleiro sobre o trabalho rural

A política de modernização do campo não incluiu a reforma agrária e melhorias no trabalho no campo (STÉDILE, 1998). Na década de 1970 menos de 1% dos proprietários de terra concentravam mais da metade das propriedades rurais. O Censo agropecuário de 1975 demonstrou que 52% dos estabelecimentos rurais do país tinham menos de 10ha¹⁰, ocupando apenas 2,8% de toda a terra utilizada. Em contrapartida, 0,8% dos estabelecimentos possuíam mais de 1000 ha⁶, ocupando 42,6%. Ou seja, a concentração fundiária resumia-se a mais da metade da terra pertencente a menos de 1% dos proprietários (MARTINS, 1980, apud PREVITALI; MORAIS; FAGIANI, 2013).

À medida que as mudanças foram sendo difundidas, intensificaram-se os processos migratórios e surgiu uma categoria nova de trabalhadores rurais assalariados que passa a trabalhar sazonalmente, o “boia-fria” (SILVA, 1999). Esses trabalhadores temporários, em grande medida à margem dos direitos trabalhistas, compõem ainda hoje parte da força de trabalho na colheita da cana-de-açúcar, inclusive sob condições de superexploração e sob o signo da escravidão moderna. Segundo Barbosa et al. (2015), no início de 2015, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgou uma lista com empresas de diversos setores que estavam usando o trabalho análogo ao escravo, e o setor sucroalcooleiro é um dos deles, envolvendo diversas empresas localizadas em várias regiões do país, conforme Quadro 1.

QUADRO 1 - Usinas Que Mantém Trabalho Análogo Ao Escravo.

Ano	UF	Empregador	Estabelecimento
2012	MT	Alcopan Alcool do Pantanal Ltda	Área de colheita de cana de açúcar no município de Poconé/MT.
2012	AL	Usina Taquara	Fazenda Mônica- Zona rural de colônia Leopoldina/AL.
2009	PE	Usina Salgado S.A	Engenho Califórnia- zonal rural Escada/PE.
2011	RJ	Tocos Agrocanavieira S.A	Fazenda Sertão- zonal rural Campos dos Goytacazes/RJ.
2009	MT	Zihuatanejo do Brasil açúcar e álcool S.A	Destilaria Araguaia- Rod. MT 413, Fazenda Gameleira, zona rural, Confresa/ MT.
2008	MG	AgrisulAgricoltda.	Área de colheita de cana de açúcar no município de Fronteira/MG.
2009	MG	Destilaria Alpha	Área de cultivo de cana de açúcar- Rod. MG 260, s/n, km 39, zona rural, Cláudio/MG.
2008	AL	Laginha Agroindustrial	Fazenda Laginha- margem direita do rio mandaú- zona rural, União dos Palmares/AL.
2012	TO	JoariBertoldi	Fazenda Santa Maria- Rod. TO 080, km 140, zona rural, Marianópolis/TO.

2008	PE	Manuel Ernesto Lima Alvim Soares Filho	Engenho Cocula III- zona rural, Ribeirão/PE.
2008	MG	Alvorada do Bebedouro	Destilaria Alvorada do Bebedouro- zona rural, Guaranésia/MG.

Fonte: Barbosa et al. (2015).

É preciso enfatizar que o trabalho escravo contemporâneo no campo no Brasil não é um resquício do modo de produção mercantilista. Ao contrário, ele é elemento constituinte do modelo capitalista vigente, sendo meio de acumulação e riqueza. É uma prática que tem sido empregada ao longo de diversas cadeias produtivas dos mais variados setores econômicos, quer seja no campo ou na cidade, como meio de redução de custos e maior competitividade, sendo a forma predominante pela qual o Brasil insere-se mercado mundial no contexto da globalização.

Guanais (2019, p. 233) discute sobre a intensificação do trabalho atrelado ao estímulo de maior pagamento por produção, gerando a superexploração do trabalho canavial. Para a autora, a categoria superexploração do trabalho possibilita entender “por que o aumento da intensidade do trabalho e a extensão da jornada laboral trazem como consequência a elevação do valor da força de trabalho desses assalariados rurais na medida em que contribuem para o desgaste dos cortadores de cana”. Além disso, a autora destaca que o processo de intensificação do trabalho no corte manual de cana muitas vezes “resulta muito mais de mudanças organizacionais no processo produtivo do que de avanços tecnológicos introduzidos no setor” (GUANAIS, 2019, p. 265).

Outra autora que argumenta sobre a exploração do trabalho é Scopinho (1999), no qual alega que houve um aumento na exploração do trabalhador rural, uma vez que as condições de trabalho permanecem precárias e com a chegada das máquinas na colheita da cana, ao invés de melhorar o trabalho da força produtiva, introduziu novas formas de desgaste e de intensificação do ritmo de trabalho e as condições do corte ficaram mais difíceis, uma vez que antes eram feitas a partir da queimada das folhas para auxiliar no corte manual, os trabalhadores acabam tendo que trabalhar mais, pois os terrenos em que as máquinas não conseguem fazer a colheita são geralmente mais inclinados, ou com canas de pior qualidade tornando assim o corte mais difícil, o que nos faz pensar se realmente há sustentabilidade social nesse setor.

Barbosa et al. (2015, p. 9) também afirmam que:

a mecanização não tem trazido tantos benefícios aos trabalhadores, como o discurso oficial sustenta. Os operadores de colheitadeiras são submetidos a radiação solar excessiva, má iluminação durante a noite, são sujeitos a picadas de animais peçonhentos, problemas de ordem física decorrentes do mau posicionamento no interior das máquinas, bem como o desgaste mental devido a grande concentração que deve ser exercida na operação da máquina aliada a pressão por produzir ao máximo (BARBOSA et al., 2015, p.9).

Ademais, a introdução das tecnologias foi um fator gerador de desemprego, substituindo a força de trabalho pelas máquinas. Peres et al. (2017, p.458) comentam sobre isso, argumentando que:

diminuiu a força de trabalho empregada, não eliminou o desgaste físico e psíquico dos trabalhadores, e combina assimetricamente o trabalho especializado com o manual, onde ao lado trabalhadores com maior especialização como tratoristas, motoristas e

operadores de máquinas agrícolas, há outros trabalhadores sem especialização alguma (PERES et al., 2017, p. 458).

As inovações mecânicas introduzidas na lavoura canavieira tiveram quatro tipos de repercussões: a primeira foi a redução do tempo de realização de determinadas tarefas; a segunda foi a menor demanda por força de trabalho empregada para a realização dessas tarefas; a terceira foi a queda da necessidade de empregados residentes na propriedade e a quarta foi a introdução de uma mudança qualitativa na procura por trabalhadores, ao utilizar pessoas com maior grau de especialização (tratoristas, motoristas e operadores de máquinas agrícolas) em comparação com as sem especialização (PREVITALI et al, 2012).

Com isso as usinas conseguiram maior poder de controle sobre os trabalhadores rurais assalariados do corte da cana do que possuíam antes, visto que não há mais risco de prejuízos elevados com a interrupção do processo de colheita. Se por um lado a mecanização da colheita retira os trabalhadores de um serviço penoso e estafante, por outro está desempregando de forma permanente um grande contingente de pessoas com baixa qualificação e escolarização, tornando-os ainda mais vulneráveis frente às exigências da agroindústria.

Araújo (2017) em sua pesquisa na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, afirma que nessa região já chegou a 100% de área mecanizada para terrenos de declínio até 12% e essa tecnologia afeta o emprego dado que uma máquina pode substituir cerca de 100 ou mais trabalhadores. Ainda segundo o autor, foi possível observar que as ações de proprietários das colheitas visam essencialmente o rebaixamento dos custos e a produtividade elevada, sem se dar atenção às condições degradantes de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos no corte da cana de açúcar. Analisando o discurso do presidente do Sindicato das Indústrias da Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais (SIAMIG), Mário Campos, Araújo (2017), aponta que o setor vem enfatizando a questão da qualificação dos trabalhadores e que a geração de emprego em áreas que não o do corte da cana compensa as perdas com a introdução da mecanização e que ainda, o setor oferece treinamentos para os trabalhadores ocuparem atividades que exigem maior qualificação.

Apesar desse discurso positivo sobre o trabalho no campo Araújo (2017, p.13) argumenta que:

apesar do presidente do sindicato incluir em sua fala a dimensão do trabalhador em vista do processo de mecanização, esta não se aprofunda em questões além da qualificação restrita a capacitação técnica para executar as funções demandadas para o melhor desempenho da empresa, ignorando, assim como as demais declarações analisadas, os demais aspectos da vida do trabalhador. Ademais, percebe-se que o presidente apresenta um discurso inclusivo de que este avanço promove ao trabalhador certa qualidade social, próxima às certificações da burguesia, ao valorizar que “os cortadores de cana foram treinados e ocupam funções que exigem uma maior qualificação”, enquanto, segundo Rummert, Albeaile e Ventura (2013), na realidade estas ofertas permanecem tão desiguais quanto antes e promovem apenas conformação profissional através de uma educação endereçada ao chão de fábrica que visa prioritariamente a valorização do capital (ARAÚJO, 2017, p.13). 14

Ainda para Araújo (2017, p.13), os empresários do setor, na fala de seu presidente:

se restringem aos impactos técnicos da mecanização, preocupando-se com as dimensões objetivas da inovação tecnológica, como os acréscimos de produtividade, e ignoram as consequências sociais, como o desemprego ou a realocação dos

trabalhadores. Ainda que as dimensões humanas do processo sejam mencionadas nas declarações acima, elas não constituem o foco do discurso, tampouco compreendem parte relevante do mesmo (ARAÚJO, 2017, p.13).

Sindicalismo e a defesa dos trabalhadores

Os sindicatos surgem “como resultado do esforço espontâneo dos operários para impedir ou atenuar a exploração” (PEREIRA; FARIA, 2012, p. 183). Antunes (1981), também afirma que a formação a princípio dos sindicatos teve como finalidade:

(...) impedir que os níveis salariais se coloquem abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família. Os sindicatos também são “associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista” permitindo, então, uma melhor condição de trabalho (ANTUNES, 1981, p. 13).

Importa enfatizar a crise do movimento sindical, especialmente aquele que se desenvolve no âmbito da via de acumulação taylorista-fordista bojo do processo de reestruturação produtiva do capital a partir dos anos 1970, do neoliberalismo e da globalização (ANTUNES, 2000). No Brasil, a crise do sindicalismo se instaura mais tardiamente, a partir dos anos 1990, precisamente como resposta às conquistas de direitos trabalhistas pelos sindicatos na cidade e no campo, no âmbito do processo de redemocratização e da promulgação da Constituição de 1988 (ANTUNES, 2000). Nesse movimento, se configura a substituição de um sindicalismo de classe por outro que assume tendencialmente estratégias cada vez mais defensivas e voltadas à manutenção da lógica do capital, sendo, portanto, “não apenas uma crise socioinstitucional, mas também político-ideológica” (SANTOS, 2011, p. 150).

Segundo Thomaz Júnior (1998), o sindicalismo rural somente é regulamentado em 1962, no contexto das tentativas de reelaboração do pacto populista, liderado por João Goulart, que não se pautou por acordos com a oligarquia rural. Ainda segundo o autor, dada a sua constituição, as características presentes no sindicalismo rural são o corporativismo, o aparelhismo e a referência de “ação” limitada à base territorial de abrangência municipal.

Para Pereira e Faria (2012, p.192), com base em suas pesquisas que envolveram os trabalhadores de usinas e representantes do sindicato, o sindicato dos trabalhadores rurais na região do Triângulo Mineiro, estado de Minas Gerais mostrou-se adotar uma postura de “mero intermediador entre a usina e os trabalhadores”, portanto, mais de colaborador do que de opositor classista ao empresariado rural local. Para os autores, o papel do sindicato deveria ser de “lutar e defender os direitos e interesses dos seus filiados, dos trabalhadores” (PEREIRA; FARIA, 2012, p. 193). Além disso, eles argumentam que esse modelo sindical brasileiro não é capaz de “compreender e assumir uma crítica que aponte para a necessidade de construir um projeto para uma nova sociedade e que extrapole, portanto, os limites do economicismo e do legalismo” (PEREIRA; FARIA, 2012, p.195).

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentos de Uberaba e Microrregião.

A entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação de Uberaba buscou coletar informações sobre o sindicato e dos/as trabalhadores/as que ele representa, tendo como foco a reestruturação produtiva no campo, em especial a mecanização da colheita da cana-de-açúcar e como esse processo tem impactado o trabalho no campo e o próprio sindicato no que concerne as políticas salariais das empresas, a intensificação do trabalho e, por fim, as ações sindicais mediante as mudanças pautadas nesse setor. A questão do trabalho feminino foi especialmente considerada na perspectiva da divisão sexual do trabalho embora o entrevistado tenha afirmado haver poucas mulheres trabalhando no campo. Destaca-se ainda que foram solicitados dados quantitativos e documentos do presidente do sindicato, mas esse afirmou não ter as informações solicitadas documentadas.

O sindicato possui atuação nas indústrias alimentícias, produção de álcool, produção de cana-de-açúcar e usinas da microrregião do Triângulo Mineiro, situadas nas cidades de Uberaba, Canápolis, Veríssimo, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista e Sacramento. É filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tendo sido formado em 1957. Conforme o entrevistado, foi dirigido durante a ditadura civil-militar (1964-1985) por um presidente “pelego¹¹”.

De acordo com o entrevistado, o número de trabalhadores na base do sindicato era de aproximadamente 15 mil em 2019, mas esse valor flutuava bastante devido ao setor de padarias que é mais instável, pois “abre e fecha novas padarias todo dia” (ENTREVISTA: 26/09/2019). Já o número de trabalhadores filiados ao sindicato é de cerca de 10% desse total, portanto de aproximadamente 1500 trabalhadores. O entrevistado considera que o número de filiados sofreu uma variação entre os anos de 2010 e 2019 de 1200 para 1500 filiados e não possui dados separados por gênero. No setor sucroalcooleiro, que abrange de Volta Grande até Vale do Tijuco e Canápolis, aproximadamente 35% dos trabalhadores/as são nordestinos e a maioria possui segundo grau completo. A idade média não passa de 35 anos, sendo o trabalhador já considerado “velho” para o trabalho a partir dessa idade e com poucas chances de ser contratado pelas usinas.

Quanto ao perfil do/a trabalhador/a, o entrevistado acredita que houve uma grande mudança quanto a qualificação profissional, “hoje em dia a empresa exige conhecimento, se não, está fora” e que “difícilmente consegue empregar alguém que não tenha segundo grau completo” (ENTREVISTA; 26/09/2019). Dessa forma enquanto representante do sindicato, ele incentiva a qualificação dos trabalhadores/as do setor, especialmente após 1997, quando o setor sucroalcooleiro presente na região passa a não mais contratar os trabalhadores diretamente, utilizando-se para tanto, empresas terceirizadas a cada safra. Conforme Previtali et al (2012), o fenômeno da terceirização e subcontratação passa a ser uma prática comum das empresas a partir dos anos 1990, contribuindo para maior precarização do trabalho, com redução dos salários pagos e dos benefícios, em especial no campo.

Diante a terceirização, o representante do sindicato propôs aos gerentes das usinas a realização de uma lay-off¹², que consistia em, após a safra, ao invés da rescisão contratual, realizar a qualificação profissional dos trabalhadores. No entanto, não todos, pois o pessoal do corte manual ainda seria

dispensado. Foi realizada uma parceria com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) das cidades de Araxá e de Uberlândia. Os trabalhadores recebiam o salário por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é parte da arrecadação de impostos do governo federal. Essa estratégia é ainda adotada, sendo o caso mais recente no setor de carnes que passou por uma crise devido às denúncias e irregularidades na produção de uma empresa da região e utilizaram a lay-off para restaurar a empresa.

Dado isso, é possível corroborar com Pereira e Faria que dizem ser o sindicato um “mero intermediador”¹³ entre as usinas e os trabalhadores para beneficiar a empresa que, nos períodos sem produção, ficam isentas de pagar os trabalhadores, pois eles são pagos pelo governo federal, através do FAT. Além disso as usinas não precisam arcar com custos de demissões e ainda “ganham” a qualificação dos trabalhadores. Logo, pode-se inferir, de acordo com a pesquisa de Santos (2011) que o sindicalismo está cedendo ao capital, adotando estratégias em benefícios do capital. No caso do sindicato de Uberaba, observou-se que o sindicato não assumia uma visão crítica classista, voltada ao trabalhador e crítica às estratégias do agronegócio.

No que tange a participação do trabalho feminino no trabalho no setor, o dirigente sindical considera que há a presença de “igual para igual” em relação aos homens e que não há distinção de trabalhos por gênero. Para ele, ambos desenvolvem as mesmas atividades e recebem o mesmo salário e “as mulheres estão satisfeitas”. No entanto, quando perguntado da participação das mulheres no conselho diretor do sindicato, o dirigente responde que elas ocupam 3 cargos, dos 10 cargos de diretoria. Ainda, disse não haver contabilizar números exatos da quantidade de mulheres trabalhando na colheita e desconhece suas reivindicações. Assim, pode-se dizer que sua fala se contradiz, representando então uma falsa visão de igualdade entre os gêneros. Conforme Barbosa (1999), é uma falácia falar que as oportunidades sociais para os dois gêneros são iguais, pois na trajetória profissional da mulher são construídas barreiras, ligadas à divisão sexual do trabalho e ao patriarcalismo que impõem às mulheres a dupla jornada de trabalho, sobrecarregando-as com as atividades na esfera doméstica e, no mercado de trabalho, impõe sobre elas menores salários por mesmas funções e barreiras culturais que dificultam que assumam cargos de liderança.

O entrevistado dá um exemplo do quanto a presença da mulher é importante, que ocorreu nos anos 1990, quando estava tendo um gargalo em uma etapa da produção de queijo em que a solução foi inserir oito mulheres por serem “mais minuciosas e delicadas” ao desenvolver tal atividade, tendo como consequência disso aumentou a produtividade. Essa retórica entra em consonância com o ponto de vista da Saffioti (1976), conforme citado por Castro (2019), em que há sim separação por gênero nas atividades do trabalho e além disso, a divisão sexual do trabalho é organizada partindo de uma característica que seja nata do indivíduo, como o do exemplo citado de colocar mulher pela característica eleita socialmente de mais minuciosa, flexível e delicada para fazer tal atividade. Dessa forma, a visão de que a mulher é valorosa e importante nos diversos campos de trabalho contradiz a objetificação que faz ao contratar mulher pela condição física que o capital precisa no sistema produtivo e não pela condição humana que possui.

Quanto à reestruturação produtiva, especialmente a mecanização do campo, o entrevistado não a vê com bons olhos. Ele afirma que a mecanização é uma das principais mudanças que geraram um impacto significativo na região. Nas usinas de Volta Grande e Delta há 10 anos utilizava-se cerca de 6.000 trabalhadores para moer 1.800.000 toneladas de cana e em 2019 esse número passou para cerca de 2.300 e 2.200 trabalhadores, respectivamente em Delta e Volta Grande, para moer 10 milhões de toneladas. Ele não consegue “enxergar pontos positivos para a mecanização, pois gerou alto nível de desemprego”. A sua fala pode ser corroborada pelas análises de Castro (2013), em que a inserção das máquinas nesse setor foi a inovação mais marcante, pois substituiu força de trabalho humana por máquinas.

Por outro lado, ao ser questionado quanto à intensificação do trabalho, o presidente do sindicato diz que atualmente é bem melhor para trabalhar, devido às melhores condições e conforto que a máquina traz para o trabalhador e que os trabalhadores estão satisfeitos com essa condição, então ele acredita que não houve intensificação. Entretanto essa fala contradiz os números apresentados acima pois, com um número bem menor de trabalhadores houve um aumento de cerca de 356% na produtividade das usinas em relação há 10 anos e, ao mesmo, que as empresas se utilizaram de estratégias como as contratações terceirizadas ao mesmo do play-off para ter redução dos custos da força de trabalho, o que implica em intensificação e precarização do trabalho.

Segundo a Gazeta Digital (2010), uma colheitadeira substitui cerca de 120 trabalhadores manuais, logo há intensificação do trabalho, pois são menos trabalhadores manuseando as máquinas, recebendo o salário referente à 1 trabalhador, mas produzindo a mesma quantidade que 120 trabalhadores. Quando questionado sobre as principais reivindicações dos trabalhadores nos últimos cinco anos (2014 – 2019), o entrevistado apontou preocupação central com a manutenção dos postos de trabalho e a correção salarial adequada. Logo, é pode-se perceber uma contradição entre o discurso do entrevistado e a realidade das condições de trabalho e relações laborais no setor em questão na região, uma vez que não é possível haver satisfação com o salário atual e ser responsável pelo alarmante crescimento da produtividade.

Para o presidente do sindicato entrevistado, houve uma brusca mudança na quantidade de trabalhadores, porém o sindicato não perdeu em número de filiados, “pois existem outros setores de alimentos que repõem essa quantidade constantemente” (ENTREVISTA EM 26/09/2019). No entanto, o entrevistado afirma que é difícil conseguir mobilizar os trabalhadores para a filiação e mesmo para as ações sindicais, ainda mais com o governo atual (Bolsonaro¹⁴) que não é atuante ao pregar multas nas empresas por irregularidades e não atende às reivindicações dos sindicalistas. Para manter os filiados e conscientizá-los, o entrevistado afirma que o sindicato busca os trabalhadores para conversar e demonstrar a importância de fazer parte do coletivo sindical, pois é através dele que mantém os direitos trabalhistas, a participação no lucro dos resultados da empresa, vale alimentação, planos de saúde, entre outros benefícios. De acordo com o presidente do sindicato entrevistado, o sindicato busca construir a politização, dos trabalhadores através de assembleias e cursos de formação sindical, entre outros cursos ofertados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

De acordo com o entrevistado, o sindicato estabelece parcerias com empresas privadas para a oferta de serviços ofertados aos trabalhadores. Os principais serviços oferecidos são de saúde, educação em nível superior e academias de esporte e ginástica. O sindicato oferece também assistência jurídica aos seus filiados quando solicitada. Quanto as negociações com as usinas sobre questões referentes à jornada de trabalho, inserção de máquinas, salários e demais temáticas voltadas ao trabalhador, segundo o entrevistado, as empresas costumam contatar o sindicato antes da implantação de algo para estabelecer uma negociação, portanto, as ações sindicais ocorrem através de diálogos com as empresas.

Em relação à visão de longo prazo para atuação e as estratégias a serem feitas pelo sindicato, o presidente se mostrou desesperançoso e diz não haver planos de longo prazo, sendo o foco atual a manutenção das conquistas anteriores de direitos do trabalho e não permitir perdas com a reforma trabalhista. Diz ele que “manter o que está hoje já está de bom tamanho, o que conquistou nos últimos dez anos” (ENTREVISTA EM 26/09/2019). Ele também acredita que o movimento sindical caminha para o

desfacelamento das estruturas sindicais que se sustentam na arrecadação de impostos sindicais. Eu acredito que no Brasil vai ficar poucos sindicatos daqui para frente. A reorganização se dá nas bases sindicais políticas, o trabalhador tem que criar consciência política, votar correto, se não daqui 20 anos não vai ter mais nada (ENTREVISTA EM: 26/09/2019).

Considerações finais

O artigo procurou mostrar a reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro e seus impactos ambientais e para os trabalhadores envolvidos com o plantio e colheita da cana, trazendo à luz a voz do Sindicato de Alimentos de Uberaba e Microrregião, representante desses trabalhadores na região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais. É possível concluir com esse estudo que estão acontecendo mudanças significativas no meio ambiente e no trabalho rural no agronegócio sucroalcooleiro na região e que necessitam de atenção. Não é suficiente atentar-se para os ganhos econômico-tecnológicos do setor. O foco nessa abordagem desconsidera as dimensões da degradação ambiental e das condições de vida da classe trabalhadora no campo.

No que tange os impactos ambientais, as empresas do agronegócio sucroalcooleiro têm agido recorrentemente de forma destrutiva sobre o meio ambiente, causando efeitos desastrosos e irreversíveis à biodiversidade e ao ecossistema. Ademais, especialmente durante o governo Bolsonaro, o sistema jurídico-legal de proteção ambiental que vem se mostrando cada vez mais frágil e permissivo à destruição da natureza na busca pela exploração e acumulação. Quanto ao trabalho, o empenho empresarial no setor tem sido por baixos custos e aumento da produtividade do trabalho. Porém, trabalho e capital não são parceiros e para os trabalhadores as mudanças significam intensificação do trabalho e redução do valor da força de trabalho e, portanto, aumento da precarização das condições de vida.

Quanto ao posicionamento do sindicato, pode-se perceber pela entrevista com o seu presidente, um discurso dúbio, ora afirmando que a reestruturação produtiva do setor não tem impacto

negativamente o trabalho e ora apontando para as perdas salariais. Parece haver um engajamento político, especialmente quando argumenta acerca da política nacional sob o presidente Bolsonaro. No entanto, esse discurso apresenta-se como retórico pois, não se coloca na prática no cotidiano do local de trabalho, uma vez que não fica evidente o desenvolvido, pelo sindicato, de mecanismos que possibilitem reduzir a exploração do trabalho e as perdas salariais.

No que tange especificamente ao trabalho feminino no setor, a fala do presidente do sindicato indica uma percepção superficial da questão, que não atenta para as formas de opressão da mulher no âmbito da divisão sexual do trabalho que se traduz, no local de trabalho, em novas formas desigualdade e de submissão. O presidente do sindicato parece desconhecer essa realidade o que indica uma imobilidade do sindicato enquanto estratégias de ação para modificar essa realidade local.

De maneira mais geral, a presença no poder político federal de governos neoliberais, amplamente favoráveis ao agronegócio e a retirada dos direitos dos trabalhadores, como foi o caso do governo Temer (2016-2017) que implementou a Reforma Trabalhista e do atual governo Bolsonaro (2018-), que implementou a Reforma da Previdência têm contribuído fortemente para o enfraquecimento das forças sindicais de defesa do trabalho e, em contrapartida, conferido maior liberdade às grandes empresas para adoção de trabalho precário, inclusive que infringirem regras trabalhistas, como no caso do trabalho em condições análogas ao escravo.

A atuação do sindicato nos limites da negociação com as empresas do setor, fortalece ainda mais a estrutura social em que o trabalhador rural se torna apenas uma ferramenta para a extração da mais-valia para o capital. Sendo assim, algumas sugestões de mudanças possíveis a serem feitas são aumentar as estratégias de politização dos trabalhadores rurais para haver maior adesão ao movimento sindical, exigindo e fortalecendo ações combativas do sindicato na defesa dos direitos trabalhistas.

Por fim, sugere-se que novos estudos que acerca da problemática do agronegócio sucroalcooleiro e seus impactos ambientais e sobre a classe trabalhadora, tendo por base fundamental a realidade empírica, mas também e, fundamentalmente, buscando desvelar o que está por trás das aparências com o intuito de ampliar-se o debate acerca do tema e, ao mesmo tempo, informar uma práxis transformadora do real possibilite a defesa da vida humana na sua relação com a natureza.

Referências:

ANTUNES, R. **O que é o sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAUJO, M. **Qualificação Profissional e Empregabilidade: o caso do setor sucroalcooleiro**. 2017. Orientadora: Fabiane Santana Previtali. 26 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

BARBOSA, J. V. S. et al. **A Reestruturação Produtiva do Setor Sucroalcooleiro: As Implicações para o Trabalho e a Qualificação Profissional**. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL RURALIDADES, TRABALHO E MEIO AMBIENTE, 2015, São Carlos. p.1-15. 2015.

BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

- CASTRO, B. Quando gênero revela classe: mulheres e flexibilidade no setor da tecnologia da informação. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento Da Safra Brasileira: Cana-de-açúcar. Brasília: **Observatório Agrícola**, 2015. 2º vol. Disponível em: file:///Users/fabianesantanaprevitali/Downloads/Boletim_Cana_3_Levantamento_15-16.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento Da Safra Brasileira: Cana-de-açúcar. Brasília: **Observatório Agrícola**, 2017. 3º vol. disponível em: <file:///Users/fabianesantanaprevitali/Downloads/BoletimZGraosZdezembroZ2017.pdf>. Acesso em: 20 de mai. 2020.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Brasil alcança a maior produção de etanol da história**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/04/brasil-alcanca-a-maior-producao-de-etanol-da-historia>. Acesso em: 10 de mar. 2021.
- CUNHA, T. R.; PREVITALI, F. S. Expansão Do Etanol E Impactos Socioambientais No Brasil Do Século XXI. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 8, n.1, jul. p.1-20, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/18161>. Acesso em 10 de jan. 2019.
- DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. Dossiê Desenvolvimento Rural. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n.43, p. 157 – 172. 2001.
- FAIRCLOUGT, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Presidente Lula chama usineiros de heróis. **Folha On line**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>. Acesso em: 15 de mai. de 2019.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GAZETA DIGITAL. **Máquinas substituem homens**. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/economia/maquinas-substituem-homens/254915> . Acesso em: 20 dez. 2019.
- GOES, T.; MARRA, R.; SILVA, G. S. e. Setor sucroalcooleiro no Brasil: Situação atual e perspectivas. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 2, p.39-51, 2008.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas/SP: UNICAMP: IE. 1998.
- GUANAIS, J. B. Intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e exploração da vida**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GUIA TRABALHISTA. **Lay-Off - Uma Alternativa para enfrentar a Crise e Evitar Demissões**. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/layoff-alternativa-para-criises.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.
- JUSBRASIL. **Sindicalismo ou Peleguismo?** Disponível em: <https://rgadine.jusbrasil.com.br/noticias/452857102/sindicalismo-ou-peleguismo> . Acesso em: 30 out. 2019.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MARTINS, R. R. **Panorama Do Cultivo Da Cana-De-Açúcar e suas Consequências na Região do Triângulo Mineiro**. 2012. Orientadora: Fabiane Santana Previtali. 54 f. Monografia de Final de Curso - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- NOTA TÉCNICA/DIEESE. **A Importância da Organização Sindical dos Trabalhadores** Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec151ImportanciaSindicatos.pdf> . Acesso em: 02 maio 2017.

PEREIRA, P. G.; FARIA, A. F. de. Reestruturação produtiva e agroindústria sucroalcooleira: sindicalismo rural em questão, In: PREVITALI, Fabiane Santana. (Org.) **Trabalho, Educação e Reestruturação Produtiva**, Uberlândia: Xamã. p.183-198, 2012.

PERES, G. et al. Setor Sucroalcooleiro No Brasil: Um Estudo Sobre Sustentabilidade Social, Sindicalismo E Relações De Gênero/Etnia. In: PREVITALI, Fabiane Santana et al. **III Seminário Internacional Desafios Do Trabalho E Educação No Século XXI: Os 100 Anos da Revolução Russa**. Uberlândia, p.453-922. 2017. Disponível em: https://96300eb8-c005-4bc2-ab97-befee3e1f68.filesusr.com/ugd/0d873b_9bf256db2b594a9988bc7364231c6ddf.pdf. Acesso em: 15 de abr. 2019.

PREVITALI, F. S. et al. Trabalho e Educação na Agroindústria Sucroalcooleira na Região do Triângulo Mineiro/Brasil a partir da década de 1990. In: PREVITALI, Fabiane Santana. **Trabalho, Educação e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Xamã, p. 123- 142. 2012.

PREVITALI, F. S.; MORAIS, S. P.; FAGIANI, C. C. Trabalho e Migração: o caso da agroindústria sucroalcooleira no triângulo mineiro a partir da década de 2000. **REED – Espaço de Diálogo e Desconexão**. Araraquara, v. 7, n. 1, 2013.

RAJÃO, R.; RITTL, C. **O agronegócio brasileiro é uma potência, mas se tornou uma ameaça**. Disponível em: <http://envolverde.cartacapital.com.br/o-agronegocio-brasileiro-e-uma-potencia-mas-se-tornou-uma-ameaca-diz-artigo/>. Acesso em: 09 jul. 2018.

REPORTER BRASIL. **118 agrotóxicos são aprovados durante a pandemia, liberação é ‘serviço essencial’**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/96-agrotoxicos-sao-aprovados-durante-a-pandemia-liberacao-e-servico-essencial/>. Acesso em: 15 out. 2020.

SANTOS, J. C. dos. A Relação Capital X Trabalho e os Limites do Sindicalismo na Agroindústria Canavieira da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 148-157, dez. 2011.

SCOPINHO, R. A.; EID F.; VIAN, C. E. F. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, n. 1, p. 147-161, 1999.

SIAMIG. **Perfil da Produção**. Abril de 2021. Disponível em: <http://www.siamig.com.br/uploads/bbaa2b042f2fd9d8bb51ae544661087d.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

SILVA, M. A. de M.; **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional –1500- 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, A. O Sindicalismo Rural No Brasil, No Rastro Dos Antecedentes. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 15, p.1-8, 1998.

Notas

¹ Graduada em Administração na Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPES/CNPq) - Link do grupo: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/8154680248919577>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7186773204009541>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3100-1909>. E-mail: gabiperes.97@gmail.com. Apoio: CNPq: Bolsa Apoio Técnico, Nível Graduação, período: 2020-2021.

² Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisadora FAPEMIG e CNPq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPES/CNPq). Link do grupo: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/8154680248919577>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8154680248919577>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8079-5557>. E-mail: fabiane.previtali@gmail.com. Apoio Fapemig/PPM e CNPq.

³ Programa Nacional do Alcool, passou por 5 fases, sendo a primeira fase de 1975 a 1979, período da ditadura militar, a segunda entre 1980 e 1986, a terceira entre 1986 e 1995, a quarta entre 1995 e 2000 e a última é a fase atual. Para maior detalhamento consultar Cunha e Previtali (2014).

⁴ Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do norte e nordeste, criado em 9 de julho de 1970 (PLANALTO, 2019).

⁵ Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, criado em 30 de outubro de 1974 (PLANALTO, 2019).

⁶ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, criada no governo de Castelo Branco em 1966 (PLANALTO, 2019).

⁷ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criado em 15 de dezembro de 1959 (PLANALTO, 2019).

⁸ O nome do presidente do sindicato foi preservado para proteção da fonte.

⁹ Aspas do original.

¹⁰ A Unidade de medida hectare corresponde a 10.000 m².

¹¹ Denominação dada a membros de sindicatos que agiam sob inspiração do Ministério do Trabalho ou de políticos ditos trabalhistas. [Figurado] Pessoa servil, dominada por outra; capacho (JUSBRASIL, 2016).

¹² O termo *lay-off*, derivado da língua inglesa, nos remete a uma situação de suspensão temporária do contrato de trabalho, seja por falta de recursos financeiros (pagamento de salários), seja por falta de trabalho/atividade que ocupe toda a mão de obra da empresa. Diante de um cenário desfavorável economicamente, as empresas buscam adotar medidas que não comprometam a operacionalização da companhia, mas que possam mantê-las "respirando" financeiramente, evitando impactos de maiores proporções em suas atividades, seja com a elevação no custo com indenizações por demissões, seja pela perda de investimentos em mão de obra qualificada PANTALEÃO (2018).

¹³ Aspas dos autores.

¹⁴ Jair Bolsonaro, presidente eleito no Brasil em 2018.

Recebido em: 15 de junho de 2021

Aprovado em: 30 de agosto de 2021